

## Releituras da geografia urbana sobre o Complexo da Maré.

Julia Carneiro Rossi\*

### Abstract

This article brings thoughts about the urban geography based on Lefebvre's bibliography from analyzing the context of Complexo da Maré. The discussion about the right to the city and the production of space contributes to overcome stereotypes and discriminatory representations and to understand the favela as the leading figure of its own history. Therefore, the different Complexo da Maré's processes of occupation can enrich the debate about the urban, understanding the spaces of meeting e socializing as a product of the society we live in.

**Key-words:** Right to the city; popular spaces; Complexo da Maré

### Resumo

O presente artigo traz reflexões da geografia urbana que se fundamenta na bibliografia de Lefebvre a partir da análise do contexto do Complexo da Maré. A discussão sobre direito à cidade e a produção do espaço contribui para entender como os espaços populares fazem parte dessa cidade e como esse discurso sobre a cidade também inclui a favela como protagonista da sua história. Sendo assim, os diferentes processos de ocupação do Complexo da Maré podem enriquecer o debate sobre o urbano, entendendo seus espaços.

**Palavras-chave:** direito à cidade; espaços populares; Complexo da Maré

Pensar a cidade na contemporaneidade tem se apresentado como uma tarefa um tanto complexa, sobretudo se considerarmos as transformações realizadas no ambiente urbano, suas causas e consequências. Torna-se extremamente pertinente pensar essa dinâmica de produção do espaço, se objetivarmos compreender o desenvolvimento social no meio urbano, especificamente em favelas como é o caso do Complexo da Maré. Faço esse recorte por estar em andamento com minha pesquisa de mestrado e tentar exercitar trazer para a prática alguns conceitos que a geografia urbana traz.

Dentre os vários autores vou me deter na abordagem de Lefebvre que diante

da sua vasta produção literária podemos destacar duas obras que contribuem para discussão sobre o urbano nos dias de hoje: "O direito à cidade" e "Espaço e política". No primeiro, lançado em 1968, o autor esmiúça as análises sobre a cidade e os instrumentos intelectuais que apoiam essas análises, desenvolvendo o debate sobre as transformações da vida urbana. Já no segundo, publicado em 1972, o autor desenvolve o conceito de espaço que para ele é um componente das relações gerais de produção que são simultaneamente sociais e espaciais, toda sociedade produz um espaço. Busco essas duas referências para tentar refletir sobre partir do contexto do Complexo de favelas da Maré que compõe o recorte da minha pesquisa de mestrado. Para isso, destaco o histórico de ocupação do complexo da maré a partir da perspectiva da industrialização e urbanização da região assim como a relação do cidade-campo. Situando para os dias de hoje, utilizo a região chamada de "divisa" como um espaço produzido pela fronteira entre dois territórios do Complexo considerando as intervenções que se deram nesse espaço e as representações do mesmo.

Um dos capítulos do livro "Direito à Cidade" faz referência ao processos de industrialização e urbanização que caracterizam a sociedade moderna. Se para o autor a industrialização era um ponto de partida para reflexão daquela época, podemos refletir nos dias de hoje sobre como esse processo vem se transformando a partir das próprias consequências que ocorreram nesses anos. É importante ressaltar também que essa noção de modernidade construída a partir do desenvolvimento da indústrias e das grande cidades vem sendo discutida a partir de perspectivas pós-modernas que propõe fazer uma outra leitura quanto ao conceito de moderno. Tal leitura diz respeito as características da modernidade que muitas vezes são ocultadas, como extermínio de populações tradicionais, como pescadores e indígenas, assim como a exploração da reservas naturais, consequências desse ideal desenvolvimentista moderno.

Com a Revolução de 1930 e a implementação do projeto industrial, consolidou-se a tendência descentralizadora das atividades industriais no Rio de Janeiro, fenômeno que vinha ocorrendo desde o final do século XIX devido, principalmente, aos altos custos dos terrenos e às restrições impostas pela legislação (ABREU, 1987 apud SIMÕES, 2006). Assim, parcelas da população foram atraídas para esses locais como um desdobramento das circunstâncias, reforçadas pelo grande fluxo migratório que a cidade experimentava sobretudo após a década de 1940. Como na região da

Leopoldina também houve a valorização dos terrenos devido à especulação imobiliária, uma parcela da população atraída para a região precisou adaptar-se da melhor maneira possível, ocupando as áreas alagadiças da Maré e submetendo-se a péssimas condições de vida.

A ocupação foi consolidada quando o poder público federal se decidiu, em 1940, pela construção da variante Rio-Petrópolis, atual Avenida Brasil. Essa via integrou a BR-101 e foi construída paralelamente à Baía da Guanabara com o objetivo de ligar o centro da cidade aos distantes subúrbios e alargar a malha industrial da cidade. Desse modo, a Avenida Brasil contribuiu para a ocupação e consolidação da Maré, pois, além de promover aterramentos e vias de acessos que foram pontos de partida para muitas ocupações, atraiu muitas pessoas que trabalhavam na sua construção para o seu entorno. A Refinaria de Manguinhos (1954) também consolidou a área como pólo de desenvolvimento industrial com ampla oferta de empregos e oportunidades econômicas. Também é digna de nota a simultânea construção da Cidade Universitária que viria a abrigar a Universidade do Brasil – atual UFRJ –, pois muitos dos operários que construíram o campus foram morar no Morro do Timbau.

Situada entre a Avenida Brasil e a Linha Vermelha, à margem da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, o bairro Maré é hoje o maior conjunto de favelas da Zona da Leopoldina. A população se distribui em mais de 40 mil domicílios e 130 mil habitantes em 16 favelas: Marcílio Dias, Praia de Ramos, Roquete Pinto, Parque União, Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Nova Maré, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Pinheiros, Vila dos Pinheiros, Novo Pinheiros, Vila do João e Conjunto Esperança. (REDES, 2012)

Lefebvre destaca um fenômeno de "implosão-explosão" das cidades industriais em que se encontram com alta densidade demográfica e o tecido urbano se expande já que as pessoas se deslocam para periferia. Esse tecido pode ser descrito utilizando o conceito de ecossistema que constitui o entorno de cidades onde a sociedade e a vida urbana penetram essa trama. A comunidade Nova Holanda, por exemplo, foi construída inicialmente para ser um Centro de Habitação provisória (CHP), local onde os moradores deveriam passar por um processo de "educação civilizadora". É nesse contexto da política remocionista estatal e crise habitacional que a trama da Maré vai sendo costurada.

Entre as malhas do tecido urbano persistem "ilhas de ruralidade; a relação urbano-rural intensifica em países industrializados. Refletindo sobre o contexto da Maré onde a maioria desses habitantes que se instalaram veio de zonas rurais do

Nordeste é possível pensar essas “ilhas de ruralidade” como o próprio espaço onde as relações sociais se influenciam por essa ruralidade e pelas novas vivências nesse espaço.

Atualmente, o IBGE define as favelas, dentre outros territórios populares, como “aglomerados subnormais”. Silva (2009), considera que tal definição das favelas nos remete a visão homogeneizadora, dos órgãos estatais envolvidos com o fenômeno da favelização ao longo da história e pressupostos sociocêntricos que sustentavam o olhar dos técnicos na observação desses espaços, com a valorização, acima de tudo, das ausências que caracterizariam aquelas novas áreas urbanas.

Na cidade do Rio de Janeiro, a população residente em favelas vem crescendo de modo contínuo, sobretudo quando comparada à população total do município (14% em 1980, 16% em 1990, 19% em 2000, 22% em 2010; segundo as informações censitárias do IBGE). Na atualidade, mais 1,3 milhão de pessoas residem em 763 espaços populares identificados em diversos bairros da cidade (2010). (Silva, 2009)

Em 1994, sob a prefeitura de César Maia, o território a que me refiro passou a ser designado oficialmente como “bairro Maré” com a intenção de reconhecer esse espaço como uma região urbanizada já que possuía equipamentos e serviços públicos como outros bairros da cidade. Essa formalização,, feita de fora pra dentro gerou um estranhamento por parte dos moradores que não reconheciam esse território como um único “bairro”, pois cada comunidade que constitui o complexo da Maré foi construída por processos históricos distintos que marcaram a sua identidade local (SILVA, 2010).

Podemos entender esses processos a partir da perspectiva de Lefebvre “Os subúrbios são urbanos, numa morfologia dissociada, império da separação e da cisão entre os elementos daquilo que foi criado como unidade e simultaneidade.” (1968, p.28). A cidade foi construída a partir de um padrão no qual a pobreza não é incluída e as formas de ocupação e de sobrevivência das classes marginalizadas possuem uma dinâmica própria, diferente de bairros onde sua população tem seus direitos atendidos. Podemos superar a idéia de Cidade Partida, proposta por Zuenir Ventura, a partir do entendimento de que o subúrbio também é o centro, encaixando com o conceito de núcleo urbano que Lefebvre desenvolve. Para ele, o núcleo urbano tem um duplo papel: o lugar de consumo e o consumo do lugar. No entanto, a idéia de que o núcleo urbano apenas como a representação do centro comercial da cidade antiga não está mais dando conta da cidade em transformação, colocado pelo autor como a

crise da cidade, crise teórica e prática. O núcleo urbano passa a rachar, ele não desaparece mas transborda em outras formas. Em algumas entrevistas que fiz para minha dissertação mestrado uma das perguntas era saber os pontos positivos da Maré, a maioria dos entrevistados até agora falaram sobre como a Maré “tem de tudo”, comércio, serviços e lazer. Recorro aos dados do Censo de empreendimentos econômicos da Maré, onde foram encontrados 3.182 empreendimentos, com uma cobertura de 92,8% do universo, dentre eles 66% comércio, 33,3% serviços e 0,7% indústria. A Maré passou a não ter mais esse caráter de subúrbio que se localiza distante da cidade e dos serviços, ela em si é um núcleo urbano que é um lugar de consumo e o consumo do lugar.

Utilizando ainda dos dados da pesquisa do Censo de Empreendimentos da Maré, podemos identificar que dos 1.948 empreendimentos do setor de comércio 660 são bares, 307 empreendimentos de estética beleza e 216 de roupas, somando 40% do comércio da Maré. Com a citação de Lefebvre (2010, p.12) podemos identificar uma importante característica da cidade:

"A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa. "

O churrasco, o aniversário, o batizado, o baile e outras celebrações são as festas que ocupam o chão da Maré, seja na rua, na laje ou no bar, as relações que se dão nesse encontro são o uso da cidade. No entanto, podemos ampliar a discussão com o que Lefebvre considera sobre cotidiano. Para ele, o cotidiano se estabelece a partir do momento em que o trabalho, na lógica capitalista de produção, degradou o lazer. A obra como materialização da capacidade criativa e produtiva do sujeito perde espaço para um ato reprodutivo e alienado de consumo. Nesse caso, só seria possível pensar a revolução a partir da ruptura com o cotidiano e com a restituição da festa, ou seja, no estabelecimento de uma relação do sujeito com a realidade, em que se afirma a sua condição de produtor original, e não simplesmente de reprodutor do espetáculo do consumo. (Silva, 2009)

Lefebvre propõe uma análise crítica sugerindo três períodos que a cidade passa: o primeiro, a indústria e a industrialização “assaltam e saqueiam a realidade urbana preexistente, até destruí-la pela prática e ideologia, até extirpá-la da realidade e da consciência. Conduzida segundo uma estratégia de classe, a industrialização se

comporta como um poder negativo da realidade urbana: o social urbano é negado pelo econômico industrial.” (1991, p.28). O segundo período se caracteriza pela ampliação da urbanização, a sociedade urbana se generaliza. A realidade urbana faz-se conhecer como realidade sócio-econômica. E o terceiro período seria o reencontro e a reinvenção da realidade urbana.

Essas reflexões foram feitas na década de sessenta mas podemos utilizar esses referenciais para entender o processo vivenciado pelas favelas no rio de janeiro, especificamente na Maré. Fazendo essa análise a partir do processo de ocupação da Maré podemos situar esses períodos: o início da consolidação da maré, com os moradores se instalando pela primeira vez em 1939; as transformações a partir de 1979, quando o governo da ditadura militar anuncia a construção de conjuntos habitacionais para transferir as famílias das favelas da cidade. É nesse contexto que surge a Vila do João, conjunto criado pelo governo militar, pouco depois, mais dois conjuntos habitacionais foram criados, surgiram, então, Bento Ribeiro Dantas, em 1989, e Nova Maré, em 1996, em áreas aterradas de manguezal, para abrigar famílias removidas de áreas de risco (encostas de morros, margens inundáveis de rios etc.), moradores de rua e famílias que ainda moravam em palafitas na Maré, especificamente na favela Roquete Pinto. Por fim, em 2000, é construído o conjunto Salsa e Merengue; O terceiro período considero sendo do ano 2000 até hoje, período esse caracterizado por mobilizações sociais que estão se organizando para garantir que seus direitos sejam atendidos em um momento que abarca o início do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora e as realizações dos mega eventos Copa do Mundo e Olimpíadas. A luta pelo o direito a segurança pública que vem se concretizando em campanhas e manifestações ao longo desses anos, assim como as articulações que fizeram a maré receber mais dezenove unidade escolares pelo programa escolas do amanhã, são movimentos construídos por moradores que reinventam a realidade e lutam pelo o direito à cidade. Nesse sentindo vale ressaltar o que significa direito à cidade na perspectiva de Lefebvre:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto ao direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 2008, p. 134).

É importante ressaltar também que esse projeto de intervenção urbana discriminatório e autoritário característico desses dois primeiros períodos também

provocaram forte resistência dos moradores que desde o início da sua instalação já lutavam pelos seus direitos. A organização coletiva dos moradores foi decisiva para evitar remoções por parte do Estado e, ao mesmo tempo, garantir um mínimo de infraestrutura de abastecimento de água e saneamento básico nas comunidades. Sendo assim, a atual configuração da Maré é produto da ocupação de famílias de trabalhadores sem condições de adquirir a habitação no mercado formal e de programas de moradia Estado para populações de baixa renda.

Essa discussão nos leva para outra reflexão que Lefebvre (2008) desenvolve sobre a produção do espaço. Segundo o autor, o espaço não é apenas o meio da prática social na sociedade capitalista, ele é próprio produto dessas relações. E desse espaço surgem contradições que “advêm do conteúdo prático social, e especificamente, do conteúdo capitalista”. Em uma entrevista com um morador Nova Holanda perguntei sobre os pontos negativos da Maré e ele me disse de primeira que era o consumismo dos jovens. Esse morador que tem uma profunda história com a maré e com os jovens aliciados pelo tráfico diz que “a relação com o consumo talvez seja a mais perversa.”. Podemos relacionar essa fala com que Harvey, 2010 nos diz:

O espetáculo de consumo que invade a paisagem no espaço-tempo absoluto pode gerar sensações de privação relativa. Nós somos rodeados a todo o momento de manifestações do desejo fetichista de acessar o poder do dinheiro como representação de valor no mercado mundial. (Harvey, 2010 p.35)

Ao situar as contradições do espaço é importante ressaltar o privilégio da classe dominante, que segundo o autor, possui dois poderes sobre o espaço: a propriedade privada do solo e ação do estado. Considera-se que as relações de propriedade criam um espaço absoluto de controle e esse privilégio da classe dominante opera com a ação do estado a seu favor. É possível relacionar esse controle urbano com a atuação da polícia que difere sua abordagem de acordo com o lugar e a origem das pessoas. Isso pode ser verificado no argumento de Silva (2009):

“A forma como a polícia atua nas favelas é contraposta, por sua vez, à atuação nas áreas nobres da cidade. Nessas, a abordagem, a atitude e o reconhecimento de que é preciso proteger o cidadão pretensamente de bem e pagador de impostos são os princípios norteadores da ação dos profissionais do Estado.” (Silva, 2009, p.68)

No contexto atual, as práticas sociais estabelecidas nas favelas, inclusive as dos agentes do Estado, são invisíveis ou, quando são identificadas, são construídas a partir de representações estigmatizantes, que sustentam a reprodução das políticas

públicas hegemônicas na cidade do Rio de Janeiro, em particular no campo da segurança pública. Essas políticas dizem respeito à guerra às drogas, na qual a repressão militar e o enfrentamento bélico são utilizados de forma indiscriminada, sem considerarem-se os direitos fundamentais dos moradores. Essa opressão também justifica e banaliza as ações de aniquilamento dos inimigos, em geral jovens negros e pobres, que não têm, em geral, nem o direito à prisão.

Para contrapor essa representação estigmatizante da favela procuro fazer uma breve reflexão sobre a representação de um espaço específico da Maré chamada por alguns por “Divisa” ou “Faixa de Gaza”. Essa região é situada no entorno do valão separa as duas comunidades comandadas por facções diferentes, Nova Holanda e Baixa do Sapateiro. Ao lado desse valão tem dois Centros Integrados de Educação Públicas (CIEP): o Elis Regina e o Samora Machel. Outros dois equipamentos públicos fazem margem com o valão: A Lona Cultural Herbert Vianna e a Vila Olímpica da Maré. Nesse espaço é possível ver os postes furados por tiros, assim como o muro e as paredes das escolas também são marcados pelos rastros dos conflitos. O valão é um espaço de depósito de lixo de todas as naturezas e é utilizado pelas duas comunidades vizinhas onde alguns catadores buscam materiais para vender na separadora de lixo que fica ao lado do valão. Esse espaço é estigmatizado dentro da comunidade como um espaço perigoso.

Em maio de 2017 as instituições da Maré se mobilizaram para organizar uma grande marcha contra a violência. A proposta foi que duas marchas saíssem dos extremos opostos do complexo (Vila do João e Parque União) e se encontrassem na divisa. Para isso, as mesmas instituições, junto com a Comlurb, planejaram retirar o depósito de lixo em frente ao valão e fazer uma praça. Durante os dias de transformação do espaço algumas pessoas comentavam sobre a possibilidade da praça ser útil ou não. Ao serem questionados sobre o destino do lixo, os representantes da Comlurb se comprometeram a manter aquele espaço limpo uma vez que o lixo seria recolhido de porta em porta em dias determinados. Era nítido como aquela intervenção gerava interesse das pessoas que passavam, tanto pela beleza do espaço que deixou de ser lixo para dar lugar a brinquedos e plantas, quanto pelo o questionamento se as crianças iriam utilizar esse espaço já que é caracterizado pela rota de tiro nos conflitos.

No dia da marcha a divisa foi tomada por uma multidão de gente e muitos moradores se emocionaram ao ver aquele espaço ser reinventado daquela forma,

pelo menos naquele momento. A praça foi ocupada por crianças que de tanto usar quebraram a escada do escorrega e a corrente do balanço nos lembrando que o brincar é urgente. A dúvida era se aquele lugar ia continuar sendo utilizado e cuidado para que não voltasse a ser o que era. No dia seguinte a marcha teve operação policial nas comunidades de Nova Holanda e Parque Maré, mais de 3000 crianças ficaram sem aula. Nos dias que se sucederam era possível ver a praça sendo usada nos horários de saída da escola e hoje, depois de dois meses, podemos ver que aquele espaço está sendo produzido por relações que antes não existiam. Apesar de continuar sendo um espaço produzido pelas relações sociais que definem a fronteira dos dois territórios comandados por grupos de civis armados inimigos, ele está sendo produzido também pelas relações que se dão após as transformações desse espaço. A utilização dos brinquedos pelas crianças, a ausência de lixo no chão e outras dinâmicas se constroem na produção daquele espaço da divisa.

Segundo Harvey (2010), o espaço se revela como uma palavra-chave bastante complicada. Ele funciona como uma palavra que possui múltiplas definições, uma vez que nenhum de seus significados pode ser compreendido de forma isolada, “Mas é precisamente o que faz deste termo, em particular quando associado ao tempo, um termo tão rico em possibilidades.”. Pensar nessas possibilidades contribui para que a favela, ou especificamente o Complexo da Maré, não seja pensado de forma estigmatizante ou que reduza suas diferenças e riquezas de realidades e um padrão de narrativa homogeneizador.

### **Referências bibliográficas:**

ABREU, Maurício Almeida. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLAN Rio/ Jorge Zahar, 1897.

Censo de Empreendimentos Maré/organização: Redes da Maré – Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014.

HARVEY, D. Space as a keyword. In: Castree, N. e Gregory, D. (org.) David Harvey: a critical reader. Malden e Oxford: Blackwell. Tradução livre: Letícia Gianella. Revisão técnica: Rogério Haesbaert e Juliana Nunes, 2006.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4 e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes. 1991. 145 p. Título original: Le droit à la ville.

SILVA, Eliana S. O contexto das práticas policiais nas favelas da Maré: a busca de novos caminhos a partir de seus protagonistas / Eliana Sousa Silva ; orientadora: Denise Pini Rosalem da Fonseca. – 2009